

A rua e a casa: estratégias e táticas do movimento nacional de população de rua e seus impactos sobre a implementação da política de habitação social

The street and the house: Strategy and tactics of the national movement of the street population and its impacts on the implementation of social housing policy

Marina Rute Pacheco¹

1. Doutoranda em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticas (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
marinarutepacheco@gmail.com

Resumo: Os dilemas enfrentados pelo Movimento Nacional População de Rua (doravante MNPR) que surge como organização política ainda na segunda década do terceiro milênio, e a mobilização em torno de demandas ao Estado por condições de subsistência imediata através de lutas por reformas, privilegiando a busca pela ampliação da cidadania e dos direitos sociais, são questões centrais que orientam a composição deste artigo. É nesse sentido que o objetivo é compreender as práticas políticas deste movimento social privilegiando tanto as articulações com outras organizações da sociedade civil, quanto à participação política institucional. Para tanto, o trabalho está assentado em três chaves analíticas: o conceito de “repertório de contestação” de Tilly, a noção de “luta por reconhecimento” de Honneth, e a noção de justiça em Fraser. As considerações trazidas aqui estão baseadas na análise de dados oriundos de matérias jornalísticas em periódicos sobre o movimento social,

de entrevistas, discursos das lideranças do Movimento Nacional População de Rua e dos representantes da burocracia estatal, veiculados às mídias.

Palavras-chave: movimentos sociais; políticas públicas; população em situação de rua.

Abstract: The dilemmas faced by the National Movement Street Population (hereafter MNPR) that emerged as a political organization still in the second decade of third millennium, and a mobilization around demands to the State for subsistence conditions really fast through struggles for reforms, favoring the search for citizenship and copyrights, are fundamental issues that guide the composition of this article. It is in this sense that it is a goal as political practices of this social movement privileging as much as articulations with other organizations of the participation in political institutions. For this, the work is based on three analytical keys: Tilly's concept of "repertoire of contestation", the Honneth's notion of "fight for recognition", and the notion of justice in Fraser. As considerations are based on the analysis of data journals on social movements, interviews, leaders of the National Movement Street Population and representatives of the bureaucracy.

Keywords: social movements ; public politics; Population in street situation.

Introdução¹

Nessa realidade contemporânea, muitos movimentos sociais são fundamentados por sínteses de práxis políticas oriundas de uma conjuntura de reorganização dos movimentos de esquerda de modo generalizado, no qual se verificou a aparição de teorias sobre esse novo fenômeno em uma conjuntura marcada: pelo fim dos anos dourados do capitalismo nos países desenvolvidos; pelo refluxo mundial dos movimentos ou organizações "tradicionais" dos trabalhadores; declínio dos governos ditatoriais e dos Estados Operários

1. Este artigo é síntese da discussão desenvolvida pela autora na monografia intitulada: "A casa e a Rua: o Movimento Nacional População de Rua em Salvador e a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida", apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pela UFBA.

Burocratizados. A emergência dessas novas organizações no cenário político transformou substancialmente as relações entre a sociedade política e a sociedade civil organizada, que passaram a demandar por participação social nas decisões políticas, sobretudo através da juridicização via poder legislativo, pautando a inscrição em leis, dos direitos sociais.

No Brasil, esse processo de estreitamento dos laços com o Estado torna-se ainda mais significativo nos anos 80, acirrando-os ainda mais no período da redemocratização com a transferência de pontos de conexão à sociedade política, quando o setor progressista da Igreja Católica encontrava-se em crise.² O Partido dos Trabalhadores, então oposição do governo, conquista prefeituras de algumas unidades federativas, e os assessores de movimentos, lideranças e militantes, ocupam cargos públicos, gerenciando secretarias, órgãos públicos, ou cargos eletivos, acarretando na desarticulação de alguns movimentos e em uma “confusão entre ‘ser movimento’ e ‘ser governo’ (...)” (GOHN, 1991, p. 16). Se outrora, as organizações tradicionais da classe trabalhadora viam o Estado como inimigo que deveria ser superado, agora a conjuntura inverteu-se e grande parte dos grupos organizados veem e são vistos pelo Estado como parceiros. Assim, trava-se uma disputa de espaço no Estado, e desse modo, “vários movimentos sociais passaram a agendar em suas atividades cotidianas reuniões, debates, e seminários para discutir e/ou elaborar subsídios para projetos de leis.” (GOHN, 1991, p. 11).

Essas transformações político-sociais marcaram, ainda, o surgimento de novas teorias sobre os movimentos sociais desenvolvidas por distintas matrizes epistemológicas, que embora tenham surgido em distintos espaços-tempos do século XX, surtiram efeitos nas análises sobre os movimentos sociais na América Latina como um todo, que podem ser classificados tal qual Gohn (2008) o fez, identificando três grandes paradigmas: a) histórico-estrutural, cuja matriz epistemológica é de abordagem marxista; b) culturalista-identitária, que sofre influências filosóficas do idealismo kantiano e, por conseguinte das teorias

2. No período do regime ditatorial brasileiro as alas mais progressistas da Igreja Católica, Movimento de renovação da Igreja e Teologia da Libertação, estimularam a organização de movimentos sociais, concedendo-lhes locais como sede e, também, a linha político-ideológica (GOHN, 1991).

sociológicas weberianas, sendo os teóricos mais influentes desse paradigma nas análises dos movimentos sociais na América Latina Merlucci e Touraine; e por fim, c) institucional/ organizacional-comportamentalista, na qual Tilly (2010) e Olson (1999) assumem um papel de destaque, este último através da análise institucional das ações coletivas permeadas pela ação do indivíduo racional ego-centrado em busca de “benefícios públicos”.

Tilly (2010) é o que mais se distingue dos outros teóricos dessa corrente por trazer à abordagem dos movimentos sociais, e a compreensão da dimensão individual e política, o processo histórico coletivo, muito embora continue em evidência, em sua análise, a centralidade das instituições. Dessa forma, ao analisar os movimentos sociais, alicerçou-se no conceito de “repertório de contestação”, isto é, o movimento social específico é expresso por meio do valor, da unidade (bandeiras, faixas, palavras de ordem), dos números (quantidade de envolvidos na mobilização) e do comprometimento. Assim sendo, define movimento social como uma combinação do repertório, que se ajusta aos repertórios de outros fenômenos político-sociais, da campanha e das demonstrações.

Em termos de sociologia urbana e de conflitos políticos na cidade, Touraine (1989) trouxe contribuições significativas para a análise dessas questões na América Latina. A centralidade para esse teórico é a cultura, analisando os movimentos sociais a partir da categoria de “multiculturalismo”, cujo foco está mais orientado ao ator/ação, ao âmbito das subjetividades e das identidades, as quais são definidas pelos próprios agentes, caracterizadas também pelos confrontos em que a oposição faz emergir um adversário, e a totalidade é o local em que acontece as ações sociais, as lutas pelo seu domínio (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). O fundador do “acionismo” buscou axiomatizar o comportamento social, dando pouca relevância a estrutura social e as questões de classe, uma vez que para Touraine (1989), vive-se na atualidade em uma sociedade pós-industrial. Com o desenvolvimento massivo das tecnologias da informação e da comunicação, os movimentos sociais estabelecem pautas fragmentadas. Está perspectiva encontra-se, também, em Merlucci (1989), para quem a identidade coletiva é o fator intermediário no qual as ações não são determinadas pela estrutura, visto que as ações sociais são desencadeadas por fatores como recursos materiais, símbolos, a capacidade de mobilização,

e, principalmente, as redes de confiança. Uma das novidades desse período, a partir dos anos 70, é que as agregações sociais agora desempenham um caráter permanente na sociedade coexistindo com outras categorias, tais como os grupos de interesses e as classes sociais.

Contudo, na atualidade, Axel Honneth (2003;2008) tornou-se uma das principais referências nos estudos acerca dos movimentos sociais com temáticas identitárias e culturalistas, centrando-se na luta por reconhecimento, entendendo-a em sua complexa relação dialética entre objetividade e subjetividade, seguindo as premissas hegelianas e de George Mead. O autor a conceitua na acepção moral do termo, tal qual Hegel, mas de modo monista, o que reduz todos os conflitos sociais a esta categoria explicativa – reconhecimento. Muito embora traga, assim como Hegel, para o movimento do reconhecimento, a mediação através da experiência da luta, distanciando-se deste por compreender o reconhecimento como uma “gramática moral”, ou seja, como uma estrutura intersubjetiva que contém em si aspectos de integração, conflitos e transformações sociais, o que em si apresenta a normatização e a padronização da própria integração social. O trabalho é considerado enquanto a atividade integradora, e nesse sentido, se oculta à dimensão alienante com a égide de um sujeito individualizado. A perspectiva deste pensamento considera que subjaz as relações laborativas no sistema capitalista, normas morais que, inclusive, normatizam o agir no “mundo socialmente vivido”, ou o “mundo da vida” habermasiano, muito embora o considere como uma junção entre a cultura, a personalidade e o social, constituindo-se uma integração social e uma “base normativa da moderna organização do trabalho” (HONNETH, 2008, p. 54). Contudo, este autor constrói ainda uma teoria sobre o não-reconhecimento, o que acarreta em ações coletivas de protestos ou de resistências, movidos, sobretudo, pelo sentimento de injustiça, pondo esta dimensão a ação política.

Em contrapartida, a partir da concepção marxista, é possível analisar os movimentos sociais através de distintas formas objetivas de forças sociais em ações mobilizadas pelos seguintes aspectos: demandas ao Estado para subsistência imediata; lutas por reformas, ampliação da cidadania e preservação dos direitos; mudanças das práticas e valores sociais; e lutas por emancipação social (GALVÃO, 2011). Aproximando-se dessa perspectiva teórica, Vakaloulis (2005),

defende que, contemporaneamente, vive-se em um espaço social no qual há um predomínio das políticas neoliberais e da precarização da vida cotidiana, permeadas por uma crise das relações políticas e de enfraquecimento do “princípio de esperança”. Entretanto, há uma exaltação da ação coletiva como instrumento adequado para contestar a presente realidade social, o que em certa medida, apesar de suas contradições, questiona a conformação do tempo presente.

Em meio a esse contexto que parece perpassar a atualidade, ressurgem com maior vigor os movimentos urbanos pela luta da moradia no cenário político, agora de forma organizada em relação às instâncias institucionais, apesar de historicamente ter existido revoltas espontâneas e formas de protestos, como as invasões populares dos mobs em Londres no século XIX (GOHN, 1991). Conquanto, a questão habitacional assole-nos há séculos, ao passo que os arranjos da ocupação humana na malha urbana denotam as relações de classes sociais cujo palco da luta, a cidade, conserva em si mesma a conformação da propriedade privada e da desapropriação da propriedade daqueles privados do seu acesso e dos que acumulam a renda do uso do solo urbano. O desenvolvimento econômico do sistema capitalista estabelece uma relação umbilical com o processo de urbanização, decerto que a própria lógica mesma da estrutura espacial materializada nas cidades sob o domínio do capitalismo industrial-financeiro desenvolve-se de forma desigual, pois se torna realidade e movimenta-se em espaços-tempos distintos, mas combinada, isto é, inseridas na lógica irracional de acumulação financeira e de capital. Desse modo, as realidades são conformadas e sujeitadas a esta lógica, adquirindo características particulares no todo universal, que tem por essência a relação dialética das classes. Isto pode ser verificado nos diversos modos de espacialização do pauperismo ou de segregação espacial das vivendas e das vivências mediante as classes sociais.

A rua organizada

Segundo o primeiro artigo do regimento interno do MNPR, a sua composição é formada por indivíduos que viveram ou que vivem nas ruas. De acordo com a primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2008), a maior parte desses indivíduos são trabalhadores – exercem

alguma atividade laborativa e remunerada – negros, têm entre 25 e 55 anos, e homens (mas vem aumentando o número de mulheres que pernoitam nas ruas). Somando-se à Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, desenvolvida pelo MDS em 71 municípios brasileiros, que acusa, através deste censo, um total de 31.922 indivíduos nesta situação, aos resultados das pesquisas desenvolvidas em âmbito municipal em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife³, capitais que foram excluídas deste censo, e que apontam respectivamente para: 14.478, 916, 1.203, 1.390 indivíduos em situação de rua, este montante resulta em um total de aproximadamente 50 mil pessoas em âmbito nacional⁴, sendo que Salvador é a terceira cidade com maior contingente de indivíduos, com 3.289 pessoas que fazem dos espaços públicos a constituição do seu lar.

Esta pesquisa foi realizada principalmente pelo fato de a população em situação de rua não constar na estatística do IBGE, “com o IBGE a nossa invisibilidade era tão grande, tão profunda, que nem a contagem nos dava o direito. [...] a contagem era muito simples [...], se não existe contagem, não existe população de rua, não precisa políticas públicas.”, fala da coordenadora nacional do MNPR. Na cidade de Salvador, os militantes do movimento reúnem-se

3. As publicações referentes as capitais são de anos distintos: São Paulo, 2011; Recife, 2005; Porto Alegre, 2008; Belo Horizonte, 1998.

4. Dados retirados das publicações governamentais: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (Orgs.). **A Rua em Movimento:** debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. FERREIRA, A. L.; FERREIRA, F. P. M.; COSTA, R. M. V. Prefeitura de Belo Horizonte realiza primeiro Censo População de Rua. Belo Horizonte: **Revista Planejar BH**, fev. 1999. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. **Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife.** Recife, 2005. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua:** sumário executivo. Brasília: MDS, 2008. (versão digital). MNPR. MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar:** cartilha para formação política, 2010. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP). **Censo da População em Situação de Rua:** principais resultados. São Paulo: PMSP/ Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2011.

em uma sede temporária, que se localiza em um salão pertencente à Igreja e Convento de São Francisco, próximo ao Largo do Pelourinho, no centro histórico da cidade. As reuniões abertas acontecem quinzenalmente aos sábados pela tarde, contando com aproximadamente 120 presentes, havendo uma reunião semanal às segundas-feiras restrita às lideranças do Movimento, ou seja, aqueles que cotidianamente estão presentes na sede e que são responsáveis por alguma atividade da organização. O movimento não aglutina apenas aqueles que fazem dos espaços públicos locais de ambiente privado, abrigo e moradia, mas também agrega indivíduos de outros setores da sociedade, ou que já viveram naquela situação e que não têm acesso à propriedade privada na cidade, à habitação urbana e ao uso legal do solo: inquilinos, e todos aqueles que são acometidos tanto pela realidade do déficit habitacional quanto pela inadequação dos domicílios.⁵

Apesar dessas especificidades, a população em situação de rua é o elemento mais genérico do movimento. De forma mais ampla, a pesquisa identificou que estes indivíduos estão distantes da formalidade do mundo do trabalho e das condições mínimas de sobrevivência. Apesar desse panorama geral, 1,9% dos entrevistados relataram, atualmente, ter vínculos empregatícios com carteira assinada, ao passo que 74% desses indivíduos são alfabetizados, 17,1% são analfabetos e 8,3% estão na categoria dos semianalfabetos. “Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos)” (MDS, 2008, p. 10). Assim, 70,9 % dessa população exerce atividades laborativas tais como: atividades relacionadas à construção civil (6,3%), limpeza (4,2%), carregador/estivador (3,1%), coletores de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha⁶ (14,1%), profissionais do sexo, vendedores no

5. Essas discições da sede do Movimento e da periodicidade das reuniões são resultados de observações feitas no campo, cuja inserção nas reuniões e atividades realizadas pelo MNPRSA fazem parte da minha pesquisa de monografia, que conta com observações etnográficas de dois anos de idas ao campo, assim como a minha participação em eventos promovidos pelo Movimento, como a celebração do aniversário de fundação do MNPR em Salvador.

6. Significativamente, o termo flanelinha, ou guardadores de carro, é utilizado para designar indivíduos

mercado informal (ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos), pequenos serviços, e dentre outros; há ainda, um contingente de 15,7% de indivíduos que sobrevivem da forma do não-trabalho – a mendicância e os desempregados. Neste censo, a maioria relatou ter algumas profissões (58,6%) ligadas: à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). No que diz respeito a esse cenário, 53% desses indivíduos também constituem a PEA, tem entre 25 e 44 anos (MDS, 2008).

Dentre as principais motivações pelas quais esses indivíduos passaram à situação de rua, a dependência química do álcool ou de outras drogas está entre as principais razões (35,5%); seguida do desemprego (29,8%) e do rompimento com os laços familiares (29,1%) – as razões dos motivos individuais também podem ser verificadas de modo correlacionado. Atualmente, parte dessa população sofre de embriaguez (14,3%) ou são portadores de transtorno mental (14,0%). Isto posto, por falta das condições mínimas de moradia, recorrem às “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos, prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho, ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagens e apoio, igrejas)” (MDS, 2008, p. 6), pensionatos, repúblicas e cortiços, como forma de abrigo das adversidades e intempéries da natureza ou, ainda, como forma de moradia e, com isso, local da reprodução familiar.

Mesmo antes de sua formação enquanto movimento social, a até então incipiente organização de sujeitos em situação de rua já realizava articulações políticas com as organizações sociais e movimentações por melhorias materiais de sua existência. Ainda nesse período, sujeitos que sobreviviam nessa realidade iniciaram um processo de organização em associações e cooperativas de catadores de resíduos sólidos, as quais culminaram, posteriormente, na formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNPR, 2010).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil estipulou no seu “5º plano bienal dos organismos nacionais 1979/1980”, que evangelizar a partir dos pobres, visar à libertação integral do homem, e construir uma sociedade fraterna, seriam os objetivos da ação pastoral no Brasil. No entanto, ainda

que são remunerados para assegurar a conservação dos automóveis na rua de modo informal.

hoje, essas diretrizes parecem permanecer conduzindo suas ações. A ideologia dominante nesse período, caracterizada como “*basista*”, por meio da qual esses setores cléricos mais progressistas partiam a ação direta, sobretudo no que tange a questões que incidem na realidade mais imediata, o cotidiano das classes populares. Para resolvê-las, aproximou-se dos princípios que regem os direitos dos cidadãos, ainda que sejam direitos de ordem cívica e não social, corroborando para o surgimento do campo de organização popular que se efetivava nos trabalhos das pastorais da Igreja junto aos movimentos populares (GOHN, 1991). Ainda na atualidade, o MNPR, vê nesses direitos tradicionais, principalmente a posse e ao abrigo, objetivos a serem conquistados.

Contudo, por mais que houvesse ações de caridade e de organização popular ao longo desses decênios, foi em 2000, com a realização do 1º Encontro Nacional da Pastoral Social, e em 2001, com promoção do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a 1º Marcha do Povo da Rua, que foi fundada a Pastoral Nacional do Povo da Rua, cujos trabalhos cristãos buscavam formas de superar essa realidade..⁷ As relações estabelecidas entre as pastorais sociais e a população em situação de rua não se constitui somente através de bases que se sustentam por via das ações para suprir as necessidades mais imediatas desses sujeitos, porém coadunam aos aspectos de objetividade e subjetividade os quais se apresentam na luta por reconhecimento.

O desenvolvimento do trabalho desse setor progressista do clero, influenciou na constituição de uma identidade desse coletivo que perpassa a relação intersubjetiva de reconhecimento à sociedade, materializada no Estado, através da luta pela conquista de direitos. Assim, essa luta por reconhecimento está em busca dos sentimentos de autoconfiança, autorespeito, e autoestima, que coexistem com formas de desrespeitos que lhes são correspondentes quando o reconhecimento é negado ao sujeito, o que é recorrente à população em situação de rua, e, ainda, através de práticas de tortura ou violação, formas de desrespeitos que estão para além da dimensão física do ser, assumindo uma relação

7. Informações retiradas da reportagem da página web ADITAL - Notícias da América Latina e Caribe: “Moradores de rua e catadores de materiais recicláveis recebem apoio de Pastoral”, disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=37956&lang=PT> acesso em: 11 de jan de 2014.

de submissão de um à vontade de outro. Parece-nos que o Movimento luta principalmente pelo terceiro padrão de reconhecimento, baseado na autoestima, que é assentado na estima social, posto que o movimento luta por um contexto social que permita aos sujeitos manifestar suas distintas capacidades e propriedades, de modo universal, contexto cotidiano renegado pelas situações de não-reconhecimento, como as humilhações, rebaixamentos e ofensas (HONNETH, 2003), tais como: assassinatos, detenção por vadiagem por meio de jatos d'água, abrigamento obrigatório, coação por parte da polícia, agressões verbais, impedimento de acessar os serviços e espaços públicos, expulsão de regiões centrais da cidade, impedimento de acesso, mobilidade e ingresso nas cidades, cadastramento forçado nas plataformas estatais, apreensão dos documentos e retirada dos pertences (MNPR, 2010). Isto é, criminalização da pobreza em sua totalidade.

Em meio a essa situação, no início do terceiro milênio, as articulações desse incipiente movimento institucionalizado foram consolidando-se, sobretudo através dos fóruns de debates, das manifestações públicas e da inserção desses sujeitos nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento – que pautavam políticas públicas voltadas a esse setor da sociedade. Contudo, com o episódio da chacina da Praça da Sé, em São Paulo – local que funciona, ainda hoje, como abrigo de moradores nesta situação na cidade paulista –, em que sete moradores de rua foram assassinados e nove foram gravemente feridos (MNPR, 2010), a barbárie levou à utopia. O processo de tornar consciente aquela realidade externa e estranhada pode ser, ainda, verificada através da fala da coordenadora do MNPR:

Existe algumas entidades e algumas pessoas, por exemplo a Pastoral de Rua, que começaram a perceber a população em situação de rua com um novo olhar, com um olhar diferenciado. E começaram a querer entender, quem era esse fenômeno população de rua? Quem eram essas pessoas? Porque essas pessoas estavam nessa situação? E aí, começaram a perceber também que pra poder acontecer alguma coisa, precisava primeiro ter o protagonismo dessas pessoas. Então começou justamente disso. O movimento dos

catadores já estava se organizando, apesar de o movimento dos catadores terem uma pauta mais voltada pro trabalho, sobre os resíduos sólidos, mas sempre tinha uma brecha pra população de rua poder está discutindo, poder está falando, poder está começando a se articular. Em 2004, aconteceu a chacina na Praça da Sé, em São Paulo e com isso a gente viu que tinha dois caminhos: ou de continuar naquela situação ou de começar a assumir o protagonismo.” (Trecho transcrito da entrevista com a coordenadora do MNPR e do MNPRSA).

A partir desse episódio, as relações externas e materiais foram concebidas como ideias através da percepção, isto é, do vínculo imediato do sujeito com o real. Criou-se uma onda de mobilizações encampadas pelos moradores de ruas de São Paulo e de Belo Horizonte, e a consolidação da organização deste movimento contou com o suporte dessas entidades (MNCMR e das pastorais da terra). E o dia 19 de agosto, o dia que ocorreu a chacina na Praça da Sé, ficou marcado como sendo o Dia de Luta da População de Rua. Após a fundação do MNPR, em 2004, o movimento participou do 4º Festival de Lixo e Cidadania, em 2005, evento que mobilizou vários municípios organizados e corroborou à fundação do movimento em outros estados. Atualmente, o MNPR organiza moradores de rua no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Paraná, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Fortaleza, e em Salvador. A partir de então, iniciou-se o processo de formação política e de capacitação com os moradores de rua, e a rua organizada passou a acompanhar as notícias de casos de violência e genocídio à população de rua que continuam sendo realidade na atualidade. Assim, a situação de não reconhecimento vem atingindo a negação absoluta, por meio da morte, que se objetivam através dessas práticas, como as chacinas, extermínios e espancamentos de indivíduos (HONNETH, 2003).

O Movimento Nacional População de Rua, apesar de não se impulsionar somente pelas intermediações da questão da moradia em área urbana, tem nesta uma de suas principais pautas de lutas e defendem que esta “[...] população deve participar da construção desta política urbana” (MNPR, 2010, p. 13).

Nesse sentido, como evidencia a fala da coordenadora do MNPR, as políticas públicas e sua implementação são estratégias que se almejam alcançar:

A inclusão da População em Situação de Rua nas políticas públicas, a adesão dos estados e municípios ao Decreto 7053/2009. A nossa reivindicação mais urgente são a implantação dos equipamentos do Município. Exemplo: casas de acolhimento, consultórios na rua, casa de cuidados e, principalmente, a não higienização, ou seja, o recolhimento por jatos d'água e abordagens truculentas. [...]. Nós sobrevivemos nas ruas, é muito difícil, pois existe um preconceito muito grande, diversas violações de direitos, falta de equipamentos dignos e, principalmente, a falta de uma *intersectorialidade por parte das diversas Políticas Públicas*. Existe também a falta de desejo político. Infelizmente as pessoas imaginam que a População em Situação de Rua se encontra nessa situação por desejo, como se fosse normal as pessoas desejarem estar nas ruas, no frio, no abandono, sofrendo assassinatos, espancamentos, sendo acordados com violência e truculência. Somos frutos e filhos de um sistema capitalista injusto e desumano. [...] Porém, nós vemos tantos prédios abandonados que poderiam ser moradias de interesse social. Para mim, além do déficit existente, se tivessem pessoas que realmente fossem comprometidas poderíamos não acabar com a falta de habitação, mais reduziríamos em muito a desigualdade. (SILVA, 2013) (grifos meus).

Assim sendo, o que se identifica como sendo este movimento social específico, de acordo com o conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010) é expresso por meio do valor, percebido através da influencia das Pastorais Sociais no processo de formação política do movimento, e na realização do que organizações populares chamam de “mística”, isto é, antes de se iniciar as reuniões abertas e no seu encerramento há a leitura de poesias, ou realiza-se uma oração à Deus; da unidade, identificada na vestimenta dos indivíduos de camisas com a bandeira do movimento, nos emblemas expostos na sede do movimento, e nas palavras de ordem; dos números da quantidade de envolvidos

na mobilização, identificado, principalmente nas reuniões quinzenais públicas, e, por fim, do comprometimento, percebido através da participação de idosos, portadores de deficiências físicas, e mães com bebês de colo e crianças nas reuniões públicas do movimento.

Assim, o MNPRSA se organiza visando, dentre outros objetivos, “combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida, direito de todo o cidadão” (MNPR, 2010, p. 25) e tendo por bandeiras, dentre outras, o “resgate da cidadania por meio do trabalho digno” (MNPR, 2010, p. 30). Nesse sentido, o trabalho digno aparece na cartilha de formação política como uma reivindicação, cuja carga de desejo almeja a resolução de um mal-estar: pretende-se a inclusão daquele outro que vive a margem da formalização do trabalho, si próprios, e que, portanto, genericamente, são privados do acesso às coisas públicas e de ordem privada, como a propriedade privada (HONNETH, 2008).

Os sujeitos que participam do Movimento parecem ser voláteis, devido inclusive à situação na qual estão imersos, enfrentando cotidianamente a vida, sobrevivendo em uma aguda realidade de pauperização. Esse é o “público” do MNPR, de acordo com a teoria de Tilly (2010). Aqueles mais orgânicos ao movimento, de maneira geral, são pessoas que já saíram dessa situação, esses podem ser identificados como sendo os “demandantes autodesignados” do movimento, mas, por mais que haja aqueles que se dediquem integralmente ao movimento, “[...] o grosso dos participantes se move alternadamente entre apresentação de demandas públicas e outras atividades, incluindo o trabalho cotidiano de organização que sustenta uma campanha” (TILLY, 2010, 137 p.). Os elementos que constituem a forma e conteúdo organizativo do MNPRSA, conjugados com a conjuntura, interferem diretamente na relação estabelecida entre estratégia e táticas de ação que são assumidas na unidade do movimento.

Ao analisar as questões referentes a estratégias e táticas a adotadas pelo Movimento Nacional de População de Rua de Salvador torna-se condição *sine qua non* levar em consideração os diversos elementos constituintes do processo formativo e a conjuntura em que o movimento está inserido, como a relação política entre as forças que incidem sobre suas pautas centrais. Neste contexto, as relações entre movimento social e governo modificaram-se substancialmente

no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de modo que as táticas e as estratégias dos atuais movimentos sociais transformaram-se, passando de estratégias pautadas em uma “consciência de possibilidade de vitória”, para uma “consciência de impossibilidade de ruptura” (IASI, 2012). Assim, recorrendo-se a lógica da “gramática da guerra” à ação política, uma vez que, entendidas nesse sentido, dotadas da mesma lógica instrumental, tal arranjo político concerne os fins, os objetivos e os meios, sendo a guerra um instrumento político (CLAUSEWITZ, 1996). Embora os conceitos de estratégia e de tática sejam oriundos do vocabulário militar no confronto bélico, estes foram apropriados pela linguagem política a partir das revoluções burguesas e das lutas da classe trabalhadora, inferindo-se que, enquanto a estratégia é definida pelos objetivos que se visa conquistar, a “tática, por sua vez, consiste nos métodos diários, adequados às mudanças constantes de situação e de conjuntura, que levam aos objetivos específicos [...], há uma relação funcional entre tática e estratégia.” (SACHS, 1987, p. 12-13). Ademais, a organização de como se pretende atingir a estratégia, estabelece relações na ampliada esfera social, que aglutina em si os vários interesses privados, partilhando o espaço político em interesses particulares (ARENDT, 2009). Há a participação social nas decisões públicas, reduzindo a política às necessidades da sociedade.

Nessa nova morfologia dos movimentos sociais, as políticas públicas e a conquista de direitos sociais, assumem lugar relevante na disputa política e foco de estratégia de ação. É nesse sentido que o Movimento Nacional População de Rua atua, organizando estes indivíduos – que historicamente eram percebidos como desmobilizados e incapazes de se organizarem politicamente, sobretudo através da categoria marxista, lupen-proletariado –, pautando e participando da construção de políticas públicas redistributivas, em geral, cuja finalidade é atender demandas desse setor social, recepcionadas, seja através de conferências, audiências públicas ou conselhos.⁸ Contudo, para compreender essas ações políticas do Movimento, optou-se por contextualizá-las buscando identificar a situação política, na qual as forças agem: “Quais são essas forças? Como estão

8. O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

agrupadas umas contra outras? Que posições ocupam no presente? Como atuam?” (HARNECKER, 2012, p. 13).

A conjuntura política vivenciada pelos movimentos de esquerda, após a conquista do governo pelo Partido dos Trabalhadores, consolidou um processo metamorfo de princípios políticos: se antes o PT auto-nomeava-se como organização da “classe trabalhadora”, denomina-se atualmente como representante do “povo” e dos “cidadãos”, o que é explicitado no “Programa Democrático e Popular” do Partido (IASI, 2012). Esse novo arranjo político pode ser representado através da fala do coordenador do Comitê de Acompanhamento Intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua, Carlos Ricardo, no qual traz elementos para a reflexão sobre a práxis do MNPR, sua relação com o Estado, com o governo, e desse modo, sua dimensão subjetiva:

O Movimento Nacional de população de Rua, de forma organizada, já tentava criar políticas específicas para esse público, dado a realidade de necessidade desse grupo, que eles não estavam acessando as políticas sociais de moradia e de trabalho. Em 2003, no governo Lula eles foram – o que o movimento chama de “uma acolhida histórica” – eles foram acolhidos no palácio do planalto pelo então presidente, que determinou que deveria ser criada uma política específica para esse grupo, pra essa população. Então essa acolhida foi histórica. Eles a partir dali, começou um diálogo da população em situação de rua conosco, com o governo federal para a criação de uma política, em conjunto com as pessoas em situação de rua e seus representantes, e nós aqui do governo. [...] Isso foi construído em conjunto, a sociedade civil, junto com o governo federal” (RICARDO, 2013).

A conquista da estratégia, a política pública, representou para a coordenadora nacional do MNPR: “[...] um marco para a população em situação de rua, com a implementação das políticas públicas, nós agora temos políticas!” (SILVA, 2010). O conteúdo do que foi dito, acerca do decreto, que dispõe sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua, nos remete a participação dos movimentos sociais na construção das políticas públicas, cujo objetivo estratégico (a política pública) traz consigo a tática de ação, identificada no seu

caráter participativo. Porém, observando que o Estado moderno, via governos, elabora políticas públicas e sociais, universalizando as temáticas que são reivindicadas pelos sujeitos coletivos, estimula, segundo Gonh (1991) a desmobilização das lutas políticas. Assim, segundo Vakaloulis (2005), as formas ontológicas espontâneas do pensamento social, cristalizadas fundamentalmente nas categorias econômicas, impregnam as representações do movimento social, limitam o seu horizonte utópico, e submetem seu imaginário coletivo ao fetichismo da forma valor. Concebe, nesse sentido, que a dinâmica das ações coletivas só pode ter um impacto acertado se se levar em conta os limites externos que dificultam o trabalho de contestar algo. Para este autor, os movimentos sociais atuais, quase sem exceção, tem dificuldades de desenvolver suas ações numa perspectiva para além do instantâneo, ou seja, das suas necessidades mais imediatas.

O Movimento Nacional População de Rua apresenta-se como apartidário, porém, parece estabelecer relações de identificação com partidos políticos, sobretudo, com o Partido dos Trabalhadores, o que pode apontar para um posicionamento tático frente aos objetivos a serem almejados. Faz-se necessário observar que no período de 2011, nas eleições municipais, houve a convocação, em uma das reuniões quinzenais, pedindo votos para o candidato do Partido dos Trabalhadores, realçando a importância dos votos dos militantes do movimento para a garantia da produção de mais unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, objetivo estratégico para a conquista da casa própria e para a inserção de mais indivíduos do movimento contemplados pelo benefício da habitação de interesse popular. Assim, o repertório do Movimento pode se justapor aos repertórios de outros fenômenos políticos como as campanhas eleitorais (TILLY, 2010).

Programa Minha Casa minha Vida

O arranjo institucional da Política Nacional de Habitação conta com este conjunto de instrumentos: o Sistema Nacional de Habitação, que é composto por dois subsistemas, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SNHM); o Desenvolvimento Institucional; o Sistema de Informação, Avaliação e

Monitoramento da Habitação; o Plano Nacional de Habitação; o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); e o Conselho Gestor do FNHIS. O SNHIS tem como objetivo implementar as políticas e os programas relacionados ao setor habitacional voltado para a população de baixa renda. Este sistema tem por integrantes: o Ministério das Cidades (órgão central), o Conselho Gestor das Cidades, os Conselhos, órgãos, instituições administrativas públicas, e as entidades privadas. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social centraliza os recursos orçamentários dos Programas de urbanização e de habitação de interesse social que estão inseridos no SNHIS. O Conselho Gestor do FNHIS é composto por representantes ministeriais, da sociedade civil organizada (sindicato, movimentos sociais, e ONGs), do empresariado, do epicentro científico, totalizando um universo de vinte e dois representantes, cabendo a este conselho estabelecer os critérios de alocação de recursos do FNHIS, promover a adesão dos entes federados ao SNHIS, e deliberar sobre os programas (BRASIL, 2004).

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), dentro da lógica do modelo de implementação distributivo, visa efetivar as metas traçadas pelo Plano Nacional de Habitação impactando na formatação do Programa em si, que tem por objetivos próprios promover a requalificação de imóveis urbanos de famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00, e a produção de novas unidades habitacionais, isto é, incentivar a massificação da “casa própria”, o que parece uma retomada ao modelo político desenvolvimentista implementado ao longo do regime militar brasileiro, não obstante, afasta-se deste no que tange ao padrão decisório. Este Programa é subdividido em PMCMV Urbano, PMCMV Rural e o PMCMV Urbanização de assentamentos urbanos. Na área urbana, O PMCMV está voltado para três faixas de público de acordo com a renda mensal familiar: até R\$ 1.600, até R\$ 3.100 e até R\$ 5 mil.

O PMCMV conta com o financiamento dos recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que atende famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00, do Fundo de Arrendamento Residencial, atendendo famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 em sua área de atuação, do Fundo de Desenvolvimento Social – o qual atende famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações, e

demais entidades privadas sem fins lucrativos, de modo a viabilizar a produção, a aquisição e a requalificação de habitações em solo urbano – e de Oferta Pública de Recursos, que é voltado ao atendimento de municípios com menos de 50 mil habitantes e às famílias com renda mensal inferior a R\$1.600,00. Dessa forma, em termos de recursos, o FNHIS parece estar distante da centralidade descrita pela Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2009). Nesse arranjo institucional, à União cabe transferir os recursos aos estados e municípios federativos, concedendo subvenção econômica ao beneficiário na contratação do financiamento, participando do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), transferindo recursos ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), realizando a oferta pública, participando do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), e por fim, concedendo subvenção econômica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas operações de financiamento para infraestrutura habitacional. A indicação dos beneficiários ao Programa, além de comprovar a renda familiar mensal inferior a R\$ 5000,00, deve atender ao público prioritário nas seguintes situações, estipuladas pelo poder executivo federal: famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis por este coletivo, famílias que tenham pessoas com deficiência física. À Caixa Econômica Federal cabe a gestão operacional dos recursos destinados ao financiamento das habitações, reformas, ou requalificação de imóveis no que tange o Programa “Minha Casa, Minha Vida” Urbano e Rural, além de transferir a unidade construída aos beneficiários do programa (BRASIL, 2009).

O PRCMV está na atualidade na finalização da segunda etapa ou fase de implementação, e é exatamente esta fase que a pesquisa se debruça para analisar as ações do Movimento Nacional População de Rua em Salvador. Embora tenha apresentado problemas na implementação da sua primeira etapa, posto que grande parte dos empreendimentos foi construída em limítrofes urbanos de menor déficit habitacional devido sobretudo ao preço dos terrenos nas áreas metropolitanas, as quais concentram grande parte deste déficit no país, que por conta da especulação imobiliária, as construtoras não se atraíram para investir no Programa nessas regiões. E em razão disso o Programa está mais direcionado a segunda e a terceira faixas de renda mensal familiar, voltado mais

para o PMCMV Mercado (ROLNIK, 2010). Especificamente, segundo dados do Governo Federal, o “Minha Casa, Minha Vida” superou as metas estipuladas pelo planejamento nacional, alcançando, em 2012, 1.274.578 de unidades habitacionais entregues e mais de 1,3 milhões de unidades em fase de construção. Nessa segunda edição (2011-2014) do programa, dobrou-se a meta, pretende-se construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% são voltadas ao público da primeira faixa de renda familiar mensal, em que 90% do déficit habitacional está concentrado.

Os militantes do Movimento Nacional População de Rua de Salvador, como um todo, e a população de rua em si, estão contidos nesse amalgama da questão urbana e vivendo em condições suburbanas ou de déficit habitacional agudo, assim como tantos militantes de outros movimentos sociais que lutam pela moradia. Em meio a esse contexto institucional, o MNPRSA está inserido em um duplo processo, em que há uma possível adequação à perspectiva de práxis dos “novos movimentos sociais”, ao passo que atuam em um contexto, que através das novas transformações ocorridas no modelo de arranjo institucional, outrora implementado no Brasil, formulou-se a nova Política Nacional de Habitação, na qual há mecanismos de participação da sociedade civil organizada, tais como os conselhos das Cidades *_ConCidades_* no qual a participação está reservada a quatro grandes movimentos sociais de atuação a nível nacional: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Central de Movimentos Populares (CMP), e Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). Embora o Movimento Nacional População de Rua não tenha participação efetiva nas distintas instâncias do *ConCidades*, trata-se de um movimento que se organiza, de modo a acionar as burocracias municipal, estadual e federal, o que torna-se de suma importância nesse processo de aquisição da casa própria.

Através do conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010), identifica-se que o Movimento Nacional População de Rua em Salvador se articula em torno de uma insatisfação comum, travando um esforço público de elaboração das reivindicações direcionadas a essas determinadas autoridades públicas, como os representantes de burocracias estatais e governamentais, constituindo, desse modo, a sua “campanha”, o que se estende para além de um

único evento, ratificando um caráter contínuo. E assim, o MNPR age de modo tático, burocraticamente, institucionalizando ações, que se conformam a ordem protocolar, sobretudo, como forma de conquista de unidades habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Os conjuntos habitacionais destinados aos participantes do MNPR, contemplou cinquenta e seis beneficiários do movimento, os quais, atualmente, vivem espalhados pelas intermediações da Região Metropolitana de Salvador. O conjunto Jardim das Bromélias, inaugurado na primeira etapa do PMCMV, conta com boa parte dos residentes dessa população, enquanto outros indivíduos estão morando em conjuntos habitacionais da mesma região, CIA-Aeroporto. Um dos fundadores do movimento em Salvador está entre esses contemplados pelas habitações da primeira etapa já implementada do Programa.⁹ Contudo, desses cinquenta e seis que conquistaram a casa própria via “Minha Casa, Minha Vida” e via as articulações estabelecidas pelo MNPRSA, apenas menos de uma dezena continuam comparecendo às reuniões abertas e as atividades desenvolvidas pelo movimento.¹⁰

A forma de pressão para a conquista da casa própria se difere muito dos meios tradicionais de luta dos movimentos sociais, como ocupações, invasões de terras, mobilizações nas ruas, e marchas, principalmente pelo fato de se tratar de um movimento peculiar, composto por indivíduos que já são violentados cotidianamente, sofrendo espancamentos, assassinatos e pauperismo, cujas ações priorizam a utilização de recursos institucionais para exercer pressão através de articulações com órgãos estatais e com as organizações do terceiro setor da sociedade, como a Defensoria Pública da Bahia, o Ministério Público, o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as Pastorais Nacionais, os Ministérios. Os principais mecanismos de pressão são os Ofícios, o contato que estabelecem com a Presidência da República, bem como a utilização de todos os recursos

9. Dados coletados por meio da entrevista realizada com a coordenadora nacional e regional do MNPR, secretária nacional do movimento e integrante do Conselho Nacional de Saúde.

10. Observações realizadas na última reunião do ano de 2013, na qual ocorreu um momento de “autocrítica” entre os militantes e um “balanço” das atividades do ano.

burocráticos que estão a sua disposição para se conquistar o que se almeja, e as redes sociais.

Através dessa lógica de ação e de conduta política, o Movimento participa de audiências públicas, nas quais estão representantes do governo e do Estado, de modo que haja a negociação entre ambos. Foram quatro audiências públicas realizadas ao longo da implementação da segunda etapa do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, e outras quatro ao logo da primeira etapa. Segundo relato da liderança, as audiências acontecem esvaziadas da presença dos militantes do movimento, o que causa empecilhos às conquistas do movimento. Contudo, os integrantes, a cada reunião pública quinzenal, exerciam pressão à coordenação reafirmando a centralidade na habitação. Dito isso, a “campanha” do Movimento está nas reivindicações de unidades habitacionais às autoridades públicas mediante os espaços das audiências públicas, e as reuniões efetuadas com representantes da burocracia estatal, o que envolve as coalizões com outros movimentos sociais, como a Força Feminina, Pastoral do Povo da Rua. Para esta finalidade, as declarações políticas para e nos meios de comunicação em massa sobre o assunto, e a panfletagem ou distribuição dos jornais¹¹ do MNPR, são parte do repertório deste movimento social (TILLY, 2010).

O processo de escolha dos critérios dos que serão contemplados pelas unidades do Programa ocorre na própria assembleia nas reuniões quinzenais públicas, em que são estabelecidos e elencados esses parâmetros, tais como: pertença ao movimento, respeito aos símbolos do MNPR, participação nas atividades e nas reuniões, o que é verificado através da lista de presença. Isto é, princípios baseados no “repertório de contestação” do movimento. Após se estipular os que farão parte da lista dos beneficiários – o MNPRSA entra em contato com a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, entregando aos superintendentes a lista dos indicados a serem contemplados pelo programa habitacional – todos os que estão representados nesta lista, serão beneficiários do programa. Em seguida, junto com a Defensoria Pública do Estado da Bahia, o Movimento Nacional População de Rua em Salvador realiza o cadastro daqueles nomes contidos na

11. São Jornais do: Rua Tua Informa; A Laje: voz do povo da rua; Jornal Aurora da Rua.

lista. Com isso, adentra-se na fase do monitoramento da implementação do programa, e concomitantemente, o Movimento desenvolve cursos de capacitação visando à inserção no mercado de trabalho.

Considerações finais

À luz da teoria de Hannah Arendt (2009), a estratégia utilizada pelo Movimento Nacional População de Rua em Salvador é direcionada ao espaço público por meio da esfera na qual está contido, o social. Afinal, aquilo que é fonte de protesto e de reivindicações, ou seja, o objetivo estratégico que se pretende atingir, está relacionado às questões da vida cotidiana de caráter privado e imediato, de modo a objetivar a resolução das necessidades mais básicas que lhe atinge devido à própria natureza do movimento e dos sujeitos que o compõem. Porém, ao se identificar as táticas do MNPRSA observa-se que são preservados os princípios da conciliação, do uso da retórica nos espaços públicos, nos meios de comunicação, assim como privilegia-se na ação política os espaços de negociação, ao invés de passeatas e mobilizações nas ruas.

A mudança das esferas privada e pública, o alargamento da primeira e o surgimento da esfera social, é um fato fundamental pra compreensão das formas de organização dos movimentos sociais. O MNPR tem como objetivo central a luta pela superação das necessidades básicas, portanto, o horizonte de luta política está nas questões mais imediatas, o que influencia nas tomadas de decisões sobre o que se torna estratégico e tático. Por meio disso, reduz-se a política a algo instrumental voltado a algum fim de modo a resolvê-lo utilitariamente (ARENDR, 2009). Dentro desse contexto, o Movimento Nacional População de Rua de Salvador, luta pelo reconhecimento impulsionado a disputa-lo nesse conflito intersubjetivo (HONNETH, 2003).

Há um encadeamento de obstáculos estruturais que impede os sujeitos que fazem parte do Movimento de passar de uma disposição favorável a uma ação coletiva, para um compromisso e participação real na luta, o que pode ser apontado com a desmobilização após a conquista dos apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (VAKALOULIS, 2005). Para esse autor, entre uma sensação de desapontamento real e a profunda aspiração de ocupar-se

dos assuntos comuns, cabe ao sujeito uma grande tendência de refúgio no espaço particular do individualismo moderno. O processo de fragmentação que se vivencia na sociedade contemporânea promove a desunião, o afastamento mútuo na luta competitiva pela conquista de objetivos que tangenciam o âmbito das necessidades particulares. Esse é o contexto em que de modo generalizado atua os movimentos sociais na contemporaneidade.

A política entendida como uma práxis humana na sociedade moderna, contém aspectos contraditórios envolvendo dominação e emancipação, sujeitos ativos e passivos, participação social e reivindicação. Se entendida em seu sentido amplo, isto é, considerando-a meio à *cartase* e, portanto, enquanto um estado de espírito atingido através da ação política, o que propicia a transcendência do imediato das ações humanas centradas na vida cotidiana particular, evidencia o seu caráter universal. Tal como Lukács a entende, a política passa a abarcar também a ética, ao invés de se centrar na economia da necessidade humana. O sujeito se desloca, neste movimento dialético, da objetividade à subjetividade (LESSA, 2007).

O conjunto de propostas e de diretrizes, que organizam a práxis deste movimento social, auxilia na compreensão de suas ações, táticas, metas, objetivos e estratégias em busca da propriedade privada. Isto posto, a questão habitacional e urbana enquanto questão social é levada à dimensão pública. Se antes os movimentos sociais tradicionais tinham bem delimitado e fixos as diferenças entre a estratégia e as táticas de ação, pautados nas ações diretas e na busca do horizonte utópico, o MNPRSA contextualizado como “novos” movimentos sociais, aponta para uma mudança relacionada à conjuntura daquilo que é estratégico e tático. Isso foi apontado através desse estudo de caso, pois há uma aproximação da natureza do que é estratégico e tático, de modo que propicia uma confusão ao procurar a delimitação entre estes na conjuntura em que atua o movimento. Isto porque, os elementos que constituem a forma e conteúdo organizativo do MNPRSA, conjugados com a conjuntura, interferem diretamente na relação estabelecida entre estratégia e táticas de ação que são assumidas na unidade do movimento.

Em meio a esse “horizonte nebuloso”, de modo genérico, o objetivo estratégico deste movimento consiste na conquista de políticas públicas voltadas

a esse setor social, e ainda do ponto de vista estratégico, a luta por reconhecimento desenvolvido por Honneth (2008) é o que parece nortear a organização do MNPRSA, posto que é pauta estratégica demandar ao Estado condições de subsistência imediata, lutando por reformas e privilegiando a busca pela ampliação da cidadania e de direitos sociais. Para tanto, se verificou que o Movimento se articula tendo como meios táticos os mecanismo da burocracia estatal, como a elaboração de ofícios, participação em conselhos e em audiências públicas. Assim, do ponto de vista da tática, o movimento reivindica participar da construção de políticas públicas redistributivas, em geral, cuja finalidade desta ação coletiva é atender demandas desse setor social, sobretudo, como forma de conquista de unidades habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Isto porque, a pressão política via institucional é a forma tática de se conquistar o que se objetiva, é o meio utilizado para se atingir os fins traçados

Essas conclusões iniciais, longe de estarem encerradas, expandem-se a novas inquietações: de que modo a ação política do MNPRSA transcende as questões mais imediatas dos sujeitos que o compõe? Quais são os limites da forma utilizada entre estratégia e tática nos novos movimentos sociais? Em que medida esse novo formato dos movimentos sociais, em específico do MNPRSA, se mostra como perspectiva real de transformações da sociedade brasileira? Tais questões estimulam novas pesquisas sobre a temática dos movimentos sociais em geral, e sobre os novos movimentos de forma mais particular, fenômeno ainda a merecer tratamento acadêmico mais incisivo, sobretudo em relação às formas organizativas “marginais” que buscam organização, reconhecimento e voz, apesar das vicissitudes decorrentes das necessidades imediatas pautadas pelas imensas desigualdades das sociedades contemporâneas.

Referências

ARENDDT, H. As esferas pública e privada. In: _____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2009.

Associação Rede rua. Disponível em: <www.rederua.org.br>. Acesso em: 26 de janeiro de 2014.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza. **Edital de Seleção de Projetos SEDES n. 06/2012**. Salvador. 03 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.sedes.ba.gov.br/media/arquivos/edital_bahia_acolhe.pdf>. Acesso em: 09 de dez. 2013.

BOBBIO, R; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Carmem C. Varriale, e *et al.* coord. Trad. Ver. João Ferreira e Luis Guilherme Pinto Cacais.; 11ª edição. Brasília: UnB, 1998. Vol. 1. (vários colaboradores, obra em 2 volumes).

BORGES, A. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. São Paulo: **Revista BIB**, nº 63, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Mcidade, 2004. (cadernos Midades habitação, n 4).

BRASIL. **6º Balanço 2011-2014: PAC 2 a gente faz um Brasil de oportunidades**. Ano 2. Brasília: Ministério do Planejamento, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências.

CLAUSEWITZ, K. Von. **Da Guerra**. Tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA. Garantia dos direitos da população de rua ainda é desafio na Bahia. **JusBrasil**, 2013. Disponível em: <<http://dp-ba.jusbrasil.com.br/noticias/100266931/garantia-dos-direitos-da-populacao-de-rua-ainda-e-desafio-na-bahia>>. Acesso em: 14 de jan de 2013.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 241 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São paulo, 2007.

ENGELS, F. As Grandes Cidades. In:_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1986 (original de 1845).

ENGELS, F. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FRANÇOIS, H. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, n. 32, 2011.

GODILHO-SOUZA, A. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2 ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, M. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARNECKER, M. **Estratégia e Tática**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. O pós-modernismo na cidade: arquitetura e projeto urbano. In: _____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª edição. São Paulo: Loyola edições, 1996. (cap. 4).

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003. (pp.117-211).

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento. Porto Alegre, **CIVITAS**, v.8, n.1, pp. 46-67, jan./abr. 2008.

Jornal **A Laje**: a voz do povo da rua, Curitiba-PR, novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.iddeha.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/05/A-Laje-1.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2014.

IASI, M. L. Prefácio; Apresentação; Caminhando para todos os lados do finito. In: _____. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012. (Cap. 1).

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. The Science in Social Science. In: _____. **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. United Kingdom: Princiton University Press, 1994. (chapter 1).

LESSA, Sérgio. **Lukács**: ética e política. Chapecó: Argos, 2007.

LOUREITO, M. R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas**: o Programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (textos para discussão nº 1886).

MARICATO, E. **A política habitacional no regime militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, K. A acumulação primitiva; A mercadoria. In:_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Vol. I e II. MARX, K. O capital: crítica da economia política. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATA, Paulo Henrique N. R. **O massacre da Praça da Sé**. Campinas: PUC-Campinas, 2006. disponível em:

<http://www.rederua.org.br/textos_moradores/o_massacre_da_praca_da_se.pdf>. Acesso em 23 de Dezembro de 2013.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MELUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais? São Paulo: **Revista Lua Nova**, nº 17, 1989.

MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). **Conhecer para lutar**: cartilha para formação política. 2010.

MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA SALVADOR. Disponível em: <<http://falaruasalvador.wordpress.com>>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2014.

OLSON, M. Uma lógica dos grupos sociais e das organizações. In:_____. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PACHECO, Marina Rute. **A Rua e a Casa: o movimento nacional população de rua em salvador e a implementação do programa “minha casa, minha vida”.** Monografia (Bacharel em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

PADILHA, M. C. N.; CAVALCANTE, L. S.; RODRIGUES, E. S.; MIRANDA, F. A. Atuação extrajudicial da Defensoria Pública do Estado da Bahia em favor da população em situação de rua. Concurso de Práticas Exitosas. **X Congresso Nacional de Defensores Públicos.** Salvador-BA, 2011, 18 p.

REZENDE, F. C. Razões emergentes para a validade dos estudos de casos na Ciência Política Comparada. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. jul/dez 2011, 297-337 p.

RICARDO, C. A Política Nacional para a População em Situação de Rua criada por decreto, tem o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, e a valorização da cidadania entre os princípios. [20 de julho, 2013]. São Paulo: **NBR ENTREVISTA.** Entrevista concedida a Flávio Figueiredo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=-3B5SpTI_Hs>. Acesso em: 12 de Dezembro de 2013.

ROLNIK, R. O Programa Minha Casa, Minha Vida está avançando, mas apresenta alguns problemas: Entrevista. [junho de 2010]. São Paulo: **Programa de Rádio “Pensa Brasil: Cidades” BandNews.** Disponível em: < <http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/17/o-programa-minha-casa-minha-vida-esta-avancando-mas-apresenta-alguns-problemas/>>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

SACHS, E. **Marxismo e luta de classe:** questões de estratégia e tática. 1ª edição. Salvador: Editora Práxis, 1987. (coleção teoria nº 1).

SERVIÇO FRANCISCANO DE SOLIDARIEDADE (SEFRAS). Movimento Nacional da População de Rua se fortalece com a realização do 1º Congresso Nacional. **Ultimas Notícias**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.sefras.org.br/portal/movimento-da-populacao-de-rua-se-fortalece-com-a-realizacao-do-1o-congresso-nacional.html>>. Acesso em: 13 de jan. 2013.

SILVA, M. K. **Uma introdução à história oral.** Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, v. 9, 1999.

SILVA, M. L. S. P. Membro da Coordenação Nacional do Movimento da População de Rua acusa Prefeitura de Salvador de praticar ação higienista: entrevista. [29 de outubro, 2013]. Virtual: **Textos ao Vento**. Disponível em: <<http://textosaovento.blogspot.com.br/2013/10/membro-da-coordenacao-nacional-do.html>>. Acesso em: 12 de jan de 2013.

SOTOMAYOR, A. Los métodos cualitativos en la ciencia política contemporánea: Avances, agendas y retos. México: **Política y Gobierno**, v. 15, n. 1, 2008.

TILLY, C. Movimentos Sociais como Política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, 2010.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. São Paulo: **Revista Lua Nova**, nº 17, 1989.

TOSOLD, L.; BARBOZA, R. 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua. **O Trincheiro**, São Paulo, p. 1, abril 2012.

TV NBR. Presidente Lula comemora Natal com catadores e pessoas que vivem em situação de rua. **NBR**, São Paulo, 23 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZNHeUaXKOQk>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.

VAKALOULIS, M. Antagonismo Social e Ação Coletiva. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma casa**: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Recebido: 20/11/2016

Aceito:18/09/2017